

## Bancos não tem contraproposta para emprego

A Fenaban não apresentou nenhuma contraproposta referente aos temas Emprego e Remuneração, no segundo dia da terceira rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários, no último dia 4. O discurso dos bancos foi o mesmo das rodadas anteriores quando se discutiu Saúde, Condições de Trabalho, Segurança Bancária e Igualdade de Oportunidades. Nesta semana, dias 10 e 11, acontece a quarta rodada; na pauta, índice de reajuste e PLR.

Estudo do Dieese com base no

Caged do Ministério do Trabalho e Emprego mostra que os bancos múltiplos fecharam mais de 5 mil postos de trabalho entre janeiro e julho de 2014, além de 23 mil desligamentos, dos quais 63% foram demissões sem justa causa.

### Garantia de emprego

O Comando reivindicou garantia de emprego e fim das demissões imotivadas (Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho/OIT). “Os representantes dos bancos, no entanto, disseram que a garantia de emprego não pode fi-

gar na Convenção Coletiva, pois engessaria as políticas de cada instituição. E mais: segundo a Fenaban, as demissões de bancários são ‘irrisórias, ajustes pontuais’, promovidas com ‘muita responsabilidade’. O que beira a provocação, destaca o presidente do Sindicato e integrante do Comando, Jeferson Boava.

A Fenaban também não concordou com a jornada de 5h por dia, Plano de Cargos e Salários e abono-assiduidade de cinco dias (o acordo de 2013 prevê um dia). Quanto

ao salário de ingresso de R\$ 2.979,29 para escriturário, equivalente ao salário mínimo calculado pelo Dieese, que impacta nos pisos de caixas, comissionados e primeiro gerente, a Fenaban se comprometeu em apresentar uma contraproposta durante o processo de negociação.

No que se refere a criação de uma comissão sobre mudanças tecnológicas, os bancos fizeram a mesma proposta do ano passado; ou seja, realização de um seminário. Em resumo, enrolação total.



Sindicato debate Campanha em Americana, 4 de setembro



Sindicato debate Campanha em Mogi Guaçu, 2 de setembro

## Fenaban nega demissões em massa

A Fenaban negou que os 18.023 postos de trabalhos fechados em 2013 representam demissões em massa no setor, durante o primeiro dia da terceira rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários, realizada no último dia 3, em São Paulo. Para os bancos trata-se de “ajustes pontuais”. Em contrapartida, a Fenaban defendeu a (des)regulamentação do trabalho terceirizado, que pode ocorrer através do Projeto de Lei (PL) 4330, que tramita na Câmara dos Deputados, pelo PLS 087 no Senado ou até no julgamento do recurso ingressado pela empresa Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) no Supremo

Tribunal Federal (STF). A suprema corte do país deve definir o conceito de atividade-fim e pode até decidir que as empresas têm ampla liberdade de contratação. “O Comando defendeu a manutenção do nível de emprego e a incorporação à categoria de todos os trabalhadores que fazem serviço tipicamente bancário, mas estão excluídos da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os bancos querem ampliar a terceirização; o Comando quer que os direitos da categoria sejam válidos para todos aqueles que trabalham dentro do sistema financeiro”, destaca o presidente do Sindicato e integrante do Comando, Jeferson

Boava, que participou da terceira rodada.

**Dados:** Estudo do Dieese com base na Rais do Ministério do Trabalho, mostra que os bancos privados fecharam 18.023 postos de trabalho em 2013. E segundo a Pesquisa de Emprego Bancário (PEB), realizada pela Contraf em parceria com o Dieese, outros 3.600 empregos foram cortados de janeiro a julho deste ano.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad/IBGE), 586.765 trabalhadores estavam inseridos no sistema financeiro em 2002. Já em 2011, a mesma pesquisa mostrou que esse

número saltou para 1,004 milhão. No entanto, apenas 512 mil bancários eram formalmente contratados pelos bancos em 2012, sob a proteção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Entre 1999 e 2013, as instituições financeiras aumentaram em 319% as despesas com trabalhadores terceirizados, tendência que vem se acelerando nos últimos anos, segundo Relatório Social da Febraban. Se considerar os diversos tipos de correspondentes bancários (banco postal, lotéricos, pastinhas, supermercados, drogarias etc.), esses números poderiam ser exponencialmente multiplicados.

# Negociação sobre segurança e igualdade não avança

A segunda rodada de negociação da pauta específica com o Banco do Brasil, realizada no dia 1º deste mês de setembro não resultou em nenhum avanço referente aos temas segurança bancária e igualdade. “A postura do BB foi a mesma da Fenaban manifestada na rodada sobre os mesmos temas, e a desculpa para não estender direitos foi idêntica a apresentada pela Caixa Federal no último dia 29 de agosto”, avalia o presidente do Sindicato e integrante do Comando Nacional dos Bancários, Jeferson Boava, que participou da rodada.

## Segurança bancária

Na pauta de reivindicações sobre segurança, entre outros pontos, porta giratória com detector de metais e proibição de transporte de valores por bancários. E mais: atualização da indenização para funcionários que sofreram assaltos, sequestro ou extorsão; e direito de opção aos funcionários participantes do Pavas (Programa de Assistência às Vítimas de Assalto e Sequestro) em escolher a unidade de preferência para retorno ao trabalho. Nenhuma resposta concreta do BB.

## Sem licença-prêmio para todos

No debate sobre igualdade de oportunidades, os representantes do BB disseram ao Comando que não podem nem discutir a concessão de licença-prêmio para todos os funcionários porque o Departamento de



Comando dos Bancários negocia com Banco do Brasil; na mesa, o presidente do Sindicato, Jeferson Boava

Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) não libera a implementação. A mesma resposta da Caixa Federal sobre o mesmo tema. Essa desculpa, aliás, foi dada também para o item férias de 35 dias para os funcionários com mais de 20 anos na carreira e para o adiantamento aos egressos de bancos incorporados (mesmo que não tenha feito adesão ao regulamento do BB). Já o direito do funcionário escolher o nome que deseja na identidade social, representa um avanço, pois beneficia os transexuais e aqueles que preferem ser identificados por um nome diferente do que consta no registro civil. A isonomia de direitos para os funcionários que atuam no exterior foi

apresentada, mas nenhuma resposta foi dada pelo banco.

## Assédio moral e sexual

O Comando propôs a criação de um programa de atendimento posterior para as vítimas de assédio moral e sexual comprovados. Os negociadores do BB não demonstraram disposição para avançar no tema com a justificativa de que já existem os Comitês de Ética.

## Gedip

Na abertura da rodada o Comando solicitou informações sobre as mudanças nos parâmetros de cobrança no programa de Gestão de Disciplina de Pessoal (Gedip). Com a alteração, o valor mínimo passou para R\$ 600,00. Antes não havia valor mí-

nimo. De acordo com o banco, com a mudança, deixaram de existir 80% (em média) dos processos do Gedip.

O Comando propôs uma mesa específica sobre o Gedip para discutir mecanismos de apuração de responsabilidade pecuniária em casos de falha em serviço, que tem gerado cobranças indevidas, descontadas diretamente do funcionário por meio de processo automatizado. O Comando reivindica a inclusão de um processo de defesa no Gedip.

## PCMSO

O Comando Nacional reivindicou melhorias nos procedimentos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Em municípios onde não existe a possibilidade de realização do exame, os representantes dos trabalhadores cobraram a cobertura de custos de locomoção e abono do dia, se não houver o cumprimento do contrato do PCMSO. Sem resposta patronal.

## Adicional de periculosidade

Vários funcionários sofrem com condições adversas de trabalho em regiões que ficam mais expostas a condições com risco à saúde, como refinarias. O Comando reivindicou a extensão aos bancários que trabalham nesses locais de risco o adicional de periculosidade conquistado pelos vigilantes em legislação específica.

Fonte: Contraf-CUT

## CAMPANHA

### Principais pontos da pauta da categoria

**Reajuste salarial** de 12,5%.  
**PLR:** três salários mais R\$ 6.247,00.  
**Piso:** R\$ 2.979,25 (salário mínimo do Dieese em valores de junho).  
**Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá:** R\$ 724,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).  
**Melhores condições de trabalho,** com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.  
**Emprego:** fim das demissões e da rotatividade, mais contratações, proi-

bição às dispensas imotivadas, aumento da inclusão bancária, combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PL 4330 na Câmara Federal, do PLS 087 no Senado e do julgamento de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral no STF.  
**Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS):** para todos os bancários.  
**Auxílio-educação:** pagamento para graduação e pós.  
**Prevenção contra assaltos e sequestros:** cumprimento da Lei 7.102/83 que exige plano de segurança em

agências e PABs, garantindo pelo menos dois vigilantes durante todo o horário de funcionamento dos bancos; instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento das agências; e fim da guarda das chaves de cofres e agências por bancários.  
**Igualdade de oportunidades** para todos, resultando no fim das discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

#### Aulas de Lian Gong no Sindicato e Clube

Neste mês de setembro serão ministradas aulas gratuitas de Lian Gong na sede do Sindicato e no Clube dos Bancários. Iniciativa do Departamento de Saúde, as aulas serão aplicadas pela instrutora Aurora Yoshiko Seno Mourão (aposentada da Caixa Federal). Na sede do Sindicato, sempre às

quartas-feiras; no Clube, aos sábados. O horário é o mesmo nos dois locais: 9h da manhã. Segundo a instrutora, Lian Gong são exercícios elaborados pelo médico ortopedista Zhuang Y. Ming e visam prevenir e tratar dores no corpo, restaurando sua movimentação natural. As aulas podem ser praticadas por pessoas de qualquer idade.

**Sindicato dos Bancários**  
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO. FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

# Encontro aprova Dia de Luta por isonomia

Augusto Coelho



O diretor Carlos Augusto (Pipoca) na abertura do Encontro, em Brasília

O 3º Encontro Nacional de Isonomia na Caixa Federal, realizado no último dia 30 em Brasília, aprovou ampla mobilização, que começa neste 11 de setembro, Dia Nacional de Luta. Com a participação de 110 delegados (77 homens e 33 mulheres), incluindo os quatro delegados da região de Campinas (os diretores Pipoca, Silvio e Marcelo, mais um da base), a realização do Encontro foi aprovada no 30º Conecef, ocorrido entre os dias

6 e 8 de junho em São Paulo.

O Encontro aprovou também um calendário permanente de luta, que prevê encontros estaduais, regionais e nacionais durante todo o ano. O Encontro aprovou ainda a divulgação nas redes sociais da lista dos parlamentares que votaram e vierem a votar contra a aprovação do projeto de lei nº 6.259/2005, de autoria dos parlamentares Daniel Almeida (PCdoB/BA) e Inácio Arruda (PCdoB/CE), que prevê isonomia

entre os empregados da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste/BNB e Banco da Amazônia. “A isonomia de direitos, cabe destacar, é uma das prioridades da Campanha Nacional. Na Caixa Federal a luta é pela extensão do ATS (Adicional por Tempo de Serviço), mais conhecido por anuênio, e licença-prêmio para quem ingressou após 1998”, esclarece o diretor do Sindicato Carlos Augusto Silva (Pipoca).

## CAMPANHA

### Aditivo do Santander prorrogado

O Santander atendeu pedido dos sindicatos e concordou em prorrogar a validade do atual aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), encerrada no dia 31 de agosto, até a renovação do instrumento. A decisão foi anunciada na primeira rodada de negociação da pauta específica, realizada no último dia 2, em São Paulo. Além do aditivo, o processo de negociação busca renovar o acordo Programa de Participação nos Resultados San-

tander (PPRS) e termos de compromisso Cabesp e Banesprev.

#### Queremos mais

Os sindicatos defendem a manutenção das atuais cláusulas do aditivo, com ajustes, e novas reivindicações. “Alguns pontos são fundamentais, como a garantia de emprego, melhores condições de trabalho, assistência médica aos aposentados e democracia na gestão de todos os fundos de previdência dos funcionários, como já ocor-

re com o Banesprev”, frisa o diretor do Sindicato e representante da Federação dos Bancários de SP e MS na mesa, Cristiano Meibach. Segundo ele, “uma forma do Santander valorizar seus funcionários é atender suas reivindicações”. Cristiano lembra que o aditivo é uma importante conquista dos funcionários. “O Santander é o único banco privado que tem aditivo à CCT”. As datas das próximas rodadas ainda não foram definidas.

## Acompanhe a Campanha em tempo real



[facebook.com/Bancarioscps](https://facebook.com/Bancarioscps)

#### Torpedo: Cadastre-se

O Sindicato oferece serviço de SMS para bancários sindicalizados desde setembro de 2009. Para acompanhar a mobilização da categoria, basta cadastrar o celular no site:

[www.bancarioscampinas.org.br](http://www.bancarioscampinas.org.br)



<http://twitter.com/bancarioscps>

## Tire suas dúvidas

### O que é pago na demissão sem justa causa ou no pedido de desligamento

Muitos bancários questionam em nosso plantão jurídico quais verbas receberiam no caso de uma dispensa sem justa causa e no caso de um pedido de desligamento. Para melhor análise, primeiro apontarei quais são as verbas recebidas em um caso de pedido de desligamento e posteriormente mencionarei as verbas devidas no caso de uma dispensa sem justa causa.

Caso o bancário peça seu desligamento, são devidos os valores correspondentes às seguintes verbas trabalhistas: salário dos últimos dias/mês trabalhado, décimo terceiro salário proporcional aos meses trabalhados no ano, férias proporcionais e vencidas (caso haja alguma) ambas com acréscimo de um terço constitucional.

Para os bancários que venham a ser dispensado sem justa causa a lei garante as seguintes verbas trabalhistas: salário dos últimos dias/mês trabalhado, décimo terceiro salário proporcional aos meses trabalhados no ano, férias proporcionais e vencidas (caso haja alguma) ambas com o terço constitucional, além do aviso prévio, multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia e Guias para levantamento dos valores constantes no FGTS e, por fim, Seguro Desemprego.

Cumpre-nos ainda salientar que, para as dispensas sem justa causa, a Convenção Coletiva dos Bancários prevê garantias “extras” à Categoria, como a indenização do aviso prévio mais benéfico que o previsto em lei, a permanência no plano de saúde, requalificação profissional e o pagamento da PLR Proporcional, neste caso, dependendo da data da dispensa. Para estas verbas, oportuno observar as previsões contidas nas Convenções, como: período, data, valores; que se alteram ano a ano e de acordo com os bancos envolvidos.

**Daniela Costa Gerelli**

advogada do Departamento Jurídico do Sindicato

# #queremosmais



## #salário

### AUMENTO REAL, PISO DO DIEESE

Campanha Nacional dos Bancários 2014



CONTRAF

FEEB / SP-MS

**Sindicato dos  
Bancários CUT  
Campinas e Região**